

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.485.877 - MS (2019/0104169-2)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
AGRAVADO : RENAN TORRECILHA CESSER
ADVOGADOS : GIULLIANO GRADAZZO CATELAN MOSENA E OUTRO(S) - MS013646
THIAGO AMORIM SILVA - MS013499
FRANCIELE SGARBÓSSA - MS013500

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL NÃO RECONHECIDA PELA CORTE DE ORIGEM. MULTA REDUZIDA. VALOR RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. REVISÃO DESTES ENTENDIMENTOS. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA NJ 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, em face da decisão que negou seguimento a recurso especial, aviado pela alínea "a", do art. 105, III, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul.

Em suas razões, a parte recorrente infirmou especificamente as razões da decisão agravada (e-STJ fls. 350/356).

No recurso especial, o recorrente alega ofensa aos artigos 485, inciso VI, e, 537, parágrafo primeiro, incisos I, e, II, do Código de Processo Civil/2015.

Defende, em síntese, que *"é incontroverso nos autos que autor não deu adotou os procedimentos necessários à reimplantação e aditamento do contrato anterior e, em 2.013, veio a requerer a contratação de um novo financiamento, impedindo a reimplantação e regularização do contrato*

Superior Tribunal de Justiça

anterior" (e-STJ Fl. 334), devendo o referido processo ser extinto, sem resolução do mérito, por falta de interesse processual.

Por fim, aduz que *"a multa imposta se mostra excessiva no caso em discussão, especialmente em face da conduta do próprio autor, que contribuiu decisivamente para a demora na solução do impasse"* (e-STJ Fl. 337).

Pede o provimento do recurso.

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual *"aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

Com efeito, em relação às teses de ausência de interesse processual da parte recorrida, e, de excessivo valor da multa aplicada, a Corte Estadual, soberana na análise do material fático probatório anexado aos autos, asseverou que (e-STJ Fls. 291/292, gn):

"Depreende-se dos autos - notadamente das informações prestadas pelo FNDE a fls. 147/150 - que o autor buscou beneficiar-se dos recursos do FIES, mas que não logrou êxito neste intento, eis que, por falha da administração, constava informação no cadastro de que 'já existia contrato de financiamento em seu nome'.

Ocorre que, na realidade, o contrato anterior havia sido 'estornado', por ausência de fiador, daí por que a informação constante no cadastro não condizia com a realidade.

Após uma odisséia empreendida pela parte autora nas vias administrativas, sempre frustrada, buscando solução para seu problema, enfim o autor recorreu à tutela judicial.

A fls. 117/118, o juiz concedeu a tutela antecipada para cumprimento no prazo de 10 dias, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), conforme termo de audiência de 21.05.2012.

Superior Tribunal de Justiça

Seguiu-se então série de descumprimentos (fls. 124/ss.). Disso resultou a decisão de fls. 143, que majorou a multa diária para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sendo novamente intimada a PF, em 20/07/2012.

Enfim, cumpriu-se a determinação judicial.

Ao tempo da r. sentença, contudo, o juízo de origem considerou razoável reduzir o valor total gerado pelas multas diárias, fixando-o em R\$ 15.000,00.

Nas contas da parte autora, foram 78 dias de inércia, o que teria gerado multa total de R\$ 174.000,00. Assim, postulam a majoração.

De início, entendo necessário esclarecer que a fixação de multa diária foi correta no caso concreto, dado que seu caráter coercitivo era necessário para impulsionar a parte ré a viabilizar o benefício estudantil devido ao autor.

Noutro giro, também saliento que o polo passivo foi devidamente intimado das astreintes, conforme se percebe através da documentação de fls. 117/120 e 145/145v.

Diante dos seguidos descumprimentos, contudo, o valor das multas diárias atingiu patamar exorbitante: R\$ 174.000,00. Ora, trata-se de importância demasiadamente maior do que o montante necessário para o pagamento de um semestre inteiro na universidade particular em que buscava estudar o autor. Seu deferimento implicaria, mais que coerção, enriquecimento sem causa, o que não pode ser aceito.

Some-se a isso o fato de que a questão técnica pareceu ser obstáculo relevante à rápida correção do problema, o que diminui a parcela de negligência que, sem dúvida, esteve presente no comportamento da ré.

Entendo proporcional e razoável, portanto, a redução do valor total para R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)".

Assim, elidir as conclusões do aresto impugnado demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor da Súmula 07/STJ.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Por conseguinte, considerando-se o disposto no § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, majoro os honorários advocatícios fixados pelo Juízo de origem em R\$ 2.500,00 (e-STJ fl. 293) para R\$ 3.000,00.

Superior Tribunal de Justiça

Advirta-se que a apresentação de incidentes manifestamente infundados ou protelatórios será reputada litigância de má-fé.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

